



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

PARECER FAVORÁVEL Nº 847/2021

REFERÊNCIA: INDICAÇÃO LEGISLATIVA - PROCESSO N. 5407/2021

RELATOR: YURI MOURA

**Ementa:** INDICA AO EXECUTIVO MUNICIPAL O ENVIO DE PROJETO DE LEI A ESTA CASA LEGISLATIVA, QUE DISPONHA SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI 6.946 DE 04 DE ABRIL DE 2012, TRATANDO-SE DA APOSENTADORIA ESPECIAL A SERVIDORES ESTATUTÁRIOS COM DEFICIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS.

## **I - INTRODUÇÃO**

Trata-se de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação acerca da indicação legislativa de autoria da Ilma. senhora vereadora Gilda Beatriz que indica ao executivo municipal a necessidade de envio de Projeto de Lei a esta Casa Legislativa, que altere a Lei 6.946 de 04 de Abril de 2012, dispondo sobre aposentadoria especial a servidores estatutários com deficiência do Município de Petrópolis.

O projeto em questão teria como objetivo a regulamentação da concessão da aposentadoria da pessoa com deficiência, nos termos do artigo 40, §4º, I da Constituição Federal, que assegura aposentadoria especial para pessoa com deficiência.

Segundo justificativa da própria autora, a Constituição da República Federativa do Brasil garante aposentadoria especial às pessoas com deficiência sob o Regime Geral da Previdência Social, devendo esta matéria ser tratada de forma igualitária no que diz respeito à aposentadoria dos servidores municipais.

## **II - FUNDAMENTAL**

Cabe observar o que diz o artigo 201 da Constituição federal, em seu parágrafo 1º, inciso I:

**Art. 201.** A previdência social será organizada sob a forma do Regime Geral de Previdência Social, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, na forma da lei, a:

**§ 1º** É vedada a adoção de requisitos ou critérios diferenciados para concessão de benefícios, ressalvada, nos termos de lei complementar, a possibilidade de previsão de idade e tempo de contribuição distintos da regra geral para concessão de aposentadoria exclusivamente em favor dos segurados:

I - com deficiência, previamente submetidos a avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar;

O artigo mencionado é regulamentado pela Lei Complementar número 142, de 2013, conforme segue:

**Art. 1º** Esta Lei Complementar regulamenta a concessão de aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social - RGPS (...).

Sendo o direito à aposentadoria especial para pessoas com deficiência garantido pela Constituição e devidamente regulamentado, consideramos importante e bastante positivo que o município elabore projeto para a regulamentação desta mesma questão na esfera municipal.

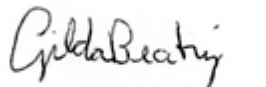
### III - CONCLUSÃO / PARECER DAS COMISSÕES

Diante do exposto, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação (vogal) manifesta-se FAVORAVELMENTE à tramitação da presente indicação.

Sala das Comissões em 04 de Agosto de 2021



GIL MAGNO  
Presidente



GILDA BEATRIZ  
Vogal



DR. MAURO PERALTA  
Vogal



YURI MOURA  
Vogal